

**Entidades do setor apóiam proposta de congelamento de impostos
Proposta partiu do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), baseada em negociações
similares, envolvendo o setor automobilístico**

Da Agência CanalEnergia, Negócios

18/5/2005

Em audiência realizada nesta quarta-feira, 18 de maio, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o deputado federal Eduardo Gomes (PSDB-TO) sugeriu o congelamento da carga tributária do setor de energia. O diretor-presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Cláudio Sales**, aprovou a proposta por manter os atuais níveis de arrecadação e de beneficiar os consumidores. Gomes baseou a proposta em negociações similares, envolvendo o setor automobilístico.

De acordo com Sales, as perdas tributárias decorrentes dessa desoneração podem ser compensadas pelo aumento do consumo, pela liberação de renda para a compra de outros bens e serviços, o que geraria mais impostos, e pela universalização do serviço. O executivo reclamou da intenção do governo de mudar a base de cálculo da contribuição previdenciária do setor elétrico. Segundo a proposta em discussão, o tributo passa a incidir sobre 2,6% do faturamento das empresas, excluídas as despesas com pessoal. Atualmente, a contribuição incide sobre salários em 20%.

CCC - Sales disse que essa elevação causaria um aumento de 250% nas despesas previdenciárias do setor. Ele criticou a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços em uma alíquota única de 25% contra a média atual de 21%. Segundo Sales, a medida causaria um aumento de 5,3% na conta de luz, atingindo principalmente os consumidores de baixa renda. O aumento da PIS/Cofins de 3,65% para 9,65% também foi alvo da chiadeira do setor.

Flavio Neiva, presidente da Associação Brasileira de Geradores de Energia Elétrica, disse que a Conta de Consumo de Combustível é fundamental para a produção de energia em regiões isoladas do país, que teriam custos "exorbitantes", se não houvesse o subsídio. Neiva insistiu que a CCC precisa ser aprimorada. As associações presentes na audiência defenderam um maior controle sobre as perdas das produtoras que usam o subsídio.

Segundo empresários, a sociedade paga pelas perdas com a CCC, que chegam a 50% do faturamento das beneficiadas, enquanto a média no setor é de 15%. As entidades defenderam também que sejam realizadas licitações internacionais para a compra do combustível das geradoras subsidiadas. Atualmente, as compras estão concentradas na BR Distribuidora, que representam 11% do faturamento da companhia.